As Regras do Jogo

Simon Schwartzman

Publicado no *Jornal do Brasil*, 15/4/1979, e transcrito em Antônio Paim, ed, *Liberdade Acadêmica e Opção Totalitária: um Debate Memorável,* Rio de Janeiro, Artenova, 1979, 78-84

A liberdade acadêmica, todos concordam, é essencial para que a verdade das coisas seja conhecida. Duas historinhas, no entanto, mostram as dificuldades práticas de estabelecê-la.

Que doenças podem ser transmitidas por bactérias, e controladas por vacinas e saneamento, não eram ideias que penetravam facilmente nos meios médicos brasileiros do século passado. Em 1895 a Sociedade Médica e Cirúrgica de São Paulo decidiu colocar em votação as teses de Adolfo Lutz a este respeito: ele foi, evidentemente, derrotado. Isto não impediu que ele tivesse razão. Graças a formas independentes de apoio, que não dependiam da opinião da maioria médica da época, Lutz pôde continuar seus trabalhos, que fizeram dele, antes de Oswaldo Cruz, o pai da bacteriologia brasileira.

A outra história é muito mais recente, e se passa em uma universidade norte-americana média de nossos dias. Segundo notícias da imprensa, um grupo de professores de física pediu a demissão de um colega que estava dando aulas de astrologia com grande sucesso entre os estudantes. A direção da universidade não concordou em demitir o professor, em nome da liberdade acadêmica. Os professores de física argumentavam que esta liberdade não devia incluir o direito ao charlatanismo.

As situações são formalmente parecidas. Mas podem levar a ensinamentos opostos. No caso de Lutz, é bastante óbvio - visto principalmente com a perspectiva que temos hoje - que a verdade não se estabelece por votação, e que a maioria não deveria ter o direito de cercear o trabalho da minoria. No caso do astrólogo, no entanto, eu tenderia a concordar que o consenso da comunidade científica deveria prevalecer e impedir que ele ocupasse uma posição acadêmica de influência.

Defender a causa de Lutz é fácil. A história lhe deu razão, e ele tem a companhia ilustre de Galileu e tantos outros revolucionários da ciência e do pensamento que foram incompreendidos e injustiçados em sua época. Será que o astrólogo pertence a esta mesma linhagem?

É bastante improvável. Para um Galileu, existiram certamente milhares de pessoas com ideias estrambóticas que, em todos os tempos, se sentiram no direito de ensinar nas universidades, sentar nas academias, escrever nas revistas especializadas - e foram, muito acertadamente, impedidas de faze-lo. Nem todas as ideias têm a mesma qualidade e merecem o mesmo grau de atenção e respeito. Se alguém pretender demonstrar, da forma mais elegante que seja, que o centro da Terra está cheio de marmelada, não

encontrará pessoas competentes que queiram perder seu tempo ouvindo-a, nem revista séria que queira publicar seu trabalho, nem universidade que a deixe ensinar. Ela não terá, assim, sequer a oportunidade de apresentar a defesa de sua tese. Existe uma boa razão para isto, que é dada pela tradição de centenas de anos e de milhares de pesquisadores em Geologia, em todo o mundo. Esta tradição permite discriminar entre aquilo que faz sentido e aquilo que não faz, entre as ideias que valem a pena ser discutidas e as que não valem. É desta tradição que decorrem os critérios de escolha das linhas mais promissoras de trabalho, dos professores para os postos mais importantes, dos artigos a serem considerados para as revistas. Esta tradição, em certo sentido, é anterior ao método científico, porque é ela que estabelece que tipos de prova são válidos, que tipos de problemas merecem atenção, que pessoas merecem ser ouvidas - e quais não merecem.

Mas por que impedir que o teórico da marmelada se manifeste? Por que não deixar que ele exponha suas ideias, e que elas morram, se for o caso, pelo seu próprio absoluto?

Existem duas razões para isto, uma mais superficial, outra mais profunda. A primeira é que existem recursos escassos, o tempo das pessoas é limitado, o espaço nas revistas é pouco, o dinheiro para pesquisas nunca é suficiente - e, consequentemente, haveria que reservar estes recursos para coisas que tenham uma promessa de qualidade e seriedade. A razão mais profunda é que a atividade científica está sempre sujeita ao assédio de formas não científicas de conhecimento, e precisa se defender. O exemplo da marmelada é ridículo principalmente porque só poderia corresponder a uma pessoa de mente perturbada. No entanto, a astrologia ou as teses de Danniken sobre os deuses astronautas são aceitas e estimuladas por muitas pessoas mentalmente sãs.

Enquanto que o conhecimento especializado - seja ele científico, filosófico ou humanista - é complexo, frequentemente fragmentado, difícil, e exige um longo processo de treinamento e aprendizagem, muitas das ideias que ganham aceitação popular o fazem principalmente por proporcionar respostas aparentemente simples e psicologicamente satisfatórias a perguntas angustiadamente vividas pela sociedade como um todo. Os meios de comunicação de massa, cuja especialidade é captar o que o público quer, tendem a difundir aquilo que o público espera. Um produto altamente vendável deve ter duas qualidades simultâneas: responder de forma simples e satisfatória às angústias da sociedade, e ter o apoio da respeitabilidade e da seriedade do mundo acadêmico. Daí a tentativa de invasão do espaço científico pelas pseudociências, pelos charlatães interessados em dizer o que o público quer ouvir, sem maiores compromissos com os padrões de trabalho e os critérios mais esotéricos de validação do conhecimento que só as pessoas de formação especializada conhecem. É contra esta invasão que a comunidade científica se defende. É desta defesa, também, que muitas vezes caem vitimas os Galileus.

O que estes exemplos mostram é que o problema da liberdade acadêmica não é, simplesmente, uma questão de maior ou menor autoritarismo dos acadêmicos em relação a ideias heréticas, mas, fundamentalmente, algo que tem a ver com o relacionamento entre a comunidade acadêmica e a sociedade que a cerca. Para que ela exista, a atividade científica e especializada tem de se diferenciar e se proteger do resto da

sociedade - para poder assim desenvolver suas próprias instituições seus critérios internos de qualidade, seu sistema interno de decisões, seu fórum próprio de avaliação e distribuição de créditos e recompensas, sua própria tradição. Existe sempre risco de levar esta diferenciação e proteção ao extremo de transformar a comunidade acadêmica em um grupo excessivamente preocupado com suas tradições, seu passado e seus privilégios - e, assim, completamente impermeável a inovações e alterações de focos de interesse. Existe também o risco oposto, de colocar a comunidade acadêmica tão ao sabor do poder político, da economia e das pressões da opinião pública, que ela perde qualquer condição de desenvolver um trabalho sério, continuado e independente.

O problema da liberdade acadêmica é, em essência, a arte de encontrar uma posição intermediária entre estes dois extremos. Existem algumas técnicas consagradas para isto, que geralmente dão certo. A maneira mais adequada de impedir o esclerosamento do mundo acadêmico é estimular a criação de uma pluralidade de instituições, revistas, grupos, de tal maneira que ninguém tenha o monopólio de uma área e tenha a chance de exercê-lo de forma repressora. A circulação sistemática de pessoas entre os diversos Centros, dentro e fora do País, o contato frequente dos acadêmicos com o público interessado em suas atividades são outros mecanismos que têm o mesmo efeito.

Por outra parte, o mundo acadêmico precisa ser defendido. Isto só pode ser feito fortalecendo as instituições de ensino e pesquisa, e fortalecendo a autoridade dos cientistas, professores e pesquisadores dentro destas instituições. A autoridade no mundo acadêmico não pode se basear na ocupação eventual de posições de chefia, nem na maioria eventual dos votos, nem na confiança dos homens do Poder, nem na cobertura da imprensa, nem no prestígio entre os estudantes. Ela tem de se estabelecer pela qualidade científica e intelectual daqueles que mais se destacam em seu trabalho, de acordo com o reconhecimento de seus pares. Sem autoridades acadêmicas legítimas, com condições efetivas de liderança, não existe trabalho acadêmico digno deste nome, e, por isto, a questão da liberdade acadêmica perde qualquer sentido.

É possível, a partir destas ideias, tratar de esboçar algumas regras bastante simples para o logo da atividade acadêmica.

A atividade acadêmica deve ser uma atividade autônoma e autorregulada. A autonomia será sempre relativa, porque a atividade acadêmica depende sempre de recursos e decisões que são tomadas fora de seu âmbito, e a influenciam de forma decisiva. Mas é sempre possível tratar de limitar as interferências externas às questões de orientação muito geral - quantos recursos existirão, quais áreas terão prioridade, quanta expansão será possível etc. - preservando para o âmbito interno do mundo acadêmico aspectos mais específicos das diferentes disciplinas - a avaliação de projetos, o conteúdo de cursos e publicações, a escolha de professores e especialistas, a definição de linhas de pesquisa, a avaliação de resultados etc. A autonomia acadêmica nunca é pacifica, mas é algo que tem de ser conquistado e disputado caso a caso.

A auto-regulação é um aspecto importante desta autonomia. Ela significa que a atividade acadêmica e científica não pode ser feita de forma anárquica, e que liberdade não é o mesmo que libertinagem. São

necessárias normas consensualmente aceitas na comunidade sobre padrões de trabalho, respeito mútuo, pluralismo etc., que evidenciem, interna e externamente, que a comunidade acadêmica é capaz de cuidar de si mesmo, e não precisa de tutela externa.

Em contrapartida a atividade acadêmica deve ser responsável. A ciência pela ciência deixou há muito de ser razão suficiente para que a sociedade garanta os recursos e as condições de trabalho autônomo dos cientistas. A responsabilidade da comunidade científica e acadêmica se estabelece, basicamente, na medida em que ela não se furta a examinar, em conjunto com outros setores da sociedade, os possíveis impactos sociais de seus trabalhos, e utilizar parte de seu potencial de conhecimentos em atividades educacionais, tecnológicas e aplicadas

O mundo acadêmico não é uma república igualitária, mas uma democracia diferenciada. Nem todos são iguais perante a Academia. Os que demonstraram conhecimento, capacidade intelectual, produção, etc., devem ter mais privilégios do que aqueles que ainda não o fizeram. O privilégio mais importante é o de ser ouvido com atenção e consideração pelos colegas. Os iniciantes devem ter, entre outros, o direito de acesso a informações, esclarecimento e discussão de seus pontos de vista; os divergentes, que não são aceitos pela academia institucionalizada, devem ter o direito de desenvolver suas próprias fontes de trabalho e expressão, e lutar por suas ideias.

O problema fundamental é como chegar a estas regras, e como garantir seu funcionamento. A atividade científica exige, mais do que muitas outras atividades humanas, uma sólida base moral de seriedade, respeitabilidade e confiança. Quando um cientista anuncia um determinado resultado, poucos são os que têm condições e se dão ao trabalho de verificar a exatidão de suas pesquisas; até prova em contrário, a comunidade científica acredita que o trabalho foi feito de forma séria e profissionalmente competente. A sociedade mais ampla, com muito mais razão, não tem como avaliar o trabalho do cientista, e, em geral, confia. A autoridade da liderança acadêmica e científica é, também, uma autoridade essencialmente moral, baseada no respeito que algumas pessoas conquistam pela qualidade e seriedade de seu trabalho. Este respeito e esta autoridade devem ser conquistados e mantidos no dia a dia, já que não podem se apoiar em mecanismos burocráticos e administrativos de exercício do Poder, sob pena de se desmoralizarem. Uma das tragédias da universidade brasileira tem sido o grande abismo que separa a comunidade científica e acadêmica, bastante protegida em circuitos mais ou menos restritos, e a grande massa de estudantes, que não tem condições de apreender, pela proximidade e contato com os mais experientes, certas formas de comportamento, valores e modelos profissionais dignos de serem respeitados e emulados. Uma vez posta esta situação, procurou-se corrigi-la, por parte de muitos dos responsáveis pelo sistema educacional, por mecanismos de autoridade burocrática e administrativa, baseada não no prestigio intelectual e acadêmico dos órgãos de governo universitário, mas em simples princípios hierárquicos. O resultado, no mundo universitário, só poderia ser desastroso. A reação a isto foi muitas vezes igualmente destruidora, já que a solução para este problema não pode consistir, evidentemente, em eliminar a pouca diferenciação e autonomia já conseguida entre nós para setores importantes da vida intelectual e acadêmica, e sim em

estabelecer canais efetivos de comunicação entre o mundo acadêmico e a comunidade mais ampla, a começar com os próprios estudantes universitários (o problema universitário brasileiro é certamente muito mais complicado, já que ele tem a ver com muitas outras coisas além da vida acadêmica de seus professores e pesquisadores, mas isto não nos exime de discutir e tratar de entender estas questões).

É neste contexto que a eterna questão da ideologia vs. ciência precisa ser vista. Existe uma discussão epistemológica complicada a este respeito, que não caberia destrinchar aqui, que vai do extremo da defesa da chamada ciência *neutra*, livre de valores, ao extremo da tese da ciência engajada. Basta dizer a este respeito que, epistemologicamente, ambas posições extremas são simplistas, e que o relacionamento entre o conhecimento controlado, ou científico, e os valores, preferenciais e visões de mundo de uma época é algo que pode ser estudado, examinado, discutido, mas jamais postulado e definido *a priori*.

O que sim preocupa são as consequências de política acadêmica e científica que decorrem destas duas posturas. A defesa da "ciência neutra" vem muitas vezes associada com a idéia de um total alheamento por parte dos pesquisadores e intelectuais em relação ao meio que os circunda, e, em última análise, uma total irresponsabilidade social por parte de professores universitários e intelectuais. Isto pode ser talvez possível para pesquisadores isolados em instituições de pesquisa pura, mas torna-se obviamente absurdo em universidades como as brasileiras onde a formação profissional dos alunos tem sido, historicamente, sua principal razão de ser. Pretender que a Universidade deva se pautar exclusivamente pelas normas acadêmicas da República da Ciência é deixar de ver a realidade desta Universidade que temos, suas múltiplas funções, os diferentes interesses que participam dela, dos quais o dos cientistas e acadêmicos é apenas um.

A postura oposta, a da ciência engajada, por sua vez, tende a levar às suas últimas consequências a percepção do contexto social da Universidade, e atribuir a ela um papel político e ideológico que termina por eliminar a diferenciação e a preocupação com fortalecimento do mundo acadêmico, sem o qual a atividade científica e intelectual de qualidade e relevância não pode existir.

O problema político levantando pela celeuma da PUC é, em essência, o de combinar a busca da relevância social do trabalho acadêmico com a necessidade de criar um espaço próprio, respeitado e protegido para que esta atividade se desenvolva. Nos setores intelectuais e técnicos mais preocupados com os grandes problemas sociais e econômicos do país existe muita consciência a respeito do primeiro aspecto, uma consciência muito confusa, a respeito do segundo, e um quase desconhecimento sobre o relacionamento possível entre estas duas coisas. Seria uma lástima, no entanto, que a busca de um conjunto de regras adequadas para o jogo livre e competente da atividade intelectual e científica se transformasse, por omissão e ignorância dos demais, em bandeira cativa e exclusiva do pensamento conservador e autoritário.